

“O Cimi está onde há mais minérios”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Autor de três livros e terminado outro — **Brasileiro, Cidadão de 2ª Classe** — em que promete: “novas e estupefacentes revelações sobre as atividades do Cimi no Brasil”, Mauro Rodrigues Nogueira, 63 anos, garante que os documentos das denúncias feitas pelo Estado de S. Paulo são verdadeiros. Ele insiste em depor na CPI que apura as acusações e diz que tem mais documentação provando a interferência de missionários estrangeiros na soberania nacional.

Mauro Nogueira diz que há muito tempo estuda os problemas minerais do Brasil, não admitindo que um país como a África do Sul, por exemplo, consiga exportar US\$ 20 bilhões por ano em minérios, enquanto o Brasil exporta apenas US\$ 4 bilhões. Ele explica que quanto mais se aprofundava no assunto, ia estranhando uma coincidência: “Sempre onde havia mais minérios, lá estava o Cimi”. Mauro Nogueira criou então a Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, começou a fazer cartas minerais às autoridades e

acompanhar as atividades dos missionários estrangeiros. Ele se queixa de já ter recebido ameaças depois das denúncias, alerta para as pressões do Cimi sobre os constituintes e pede que o governo brasileiro impeça imediatamente a ação do órgão junto aos índios, ao mesmo tempo em que propõe a criação de um Conselho Indigenista Nacional “formado por brasileiros”. Mauro Nogueira não aceita também o argumento de que o Cimi quer defender a cultura indígena, “eles enfiam o cristianismo pela cabeça dos índios, alterando sua atitude em relação aos seus conceitos milenares”.

Os documentos são verdadeiros

O senhor está disposto a ir depor na CPI?
Estou interessadíssimo e já mandei uma carta me oferecendo. Telefonaram lá para casa perguntando se tinha recebido um ofício. Não recebi coisa alguma e é claro que não iriam deixar de entregar um ofício do Senado. Na minha opinião não quero meu depoimento, porque se eu for depor contarei o que houve, porque não tenho medo de nada. Eles é que estão com medo de minhas verdades.

E quanto às acusações de que a documentação é falsa?
O senador Severo Gomes, que é produto do ranço militar da censura, um homem de vida comercial duvidosa com suas concordatas, teve a audácia de ir à Folha de S. Paulo, jornal de que fui diretor comercial, dizer que sou um falsário e que a polícia anda à minha procura. Obviamente não sou falsário, é pura invenção. Para saber se um documento é bom existe técnicos, peritos, Justiça e, no entanto, querem discutir isso no âmbito do Congresso.

Quais os cuidados que o senhor tomou ao analisar os documentos?
Tive a precaução de estudar tudo cuidadosamente. No caso da carta do Conselho de Igrejas mandei traduzir primeiro do alemão para o português. Estranhei a tradução e enviei a um outro tradutor e pedi um traslado para alemão, a fim de comparar. A minha surpresa foi que em tudo ficou igual, exceto a interpretação da palavra comando, para a qual o tradutor deu uma forma antiga, usada antes da guerra, e o traslado deu o atual que é ataque, ação direta.

“Vou mostrar como a Igreja defende ideologias estranhas e combate a nossa soberania”

O Cimi chegou a negar a realização das reuniões de que trata a documentação?
Isto é besteira, o próprio Conselho já declarou há pouco dias que houve os encontros, por isso vou enfrentá-los cara a cara para provar tudo. O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, disse numa entrevista que a documentação tem dados sobre duas reuniões do Cimi e que houve montagem. Recebi a fotocópia do que seria o original, mas ocorre que o original tem muito mais perguntas e muito mais respostas que foram escondidas, mas já tenho o original completo, que mandaremos comparar pelo peritos e vamos mostrar que tipo de montagem seria aquela. Várias respostas eram dobradas e escondidas. Há algumas revelações bastante interessantes.

O senhor tem outros documentos?
Sim, temos vários outros que ainda não tínhamos revelado por uma certa consideração com a CNBB, mas, pelo que estou observando agora, eles querem guerra e uma guerra muito necessária. Assim, talvez depois das denúncias de O Estado de S. Paulo, saberemos o que é e quem quer soberania nacional. Estou até preparando um livro com o material.

Como será esse livro?
Vou contar muita coisa nele, com toda a calma, com detalhes, mostrando como a Igreja se imiscuiu nas nações, como veio para o Brasil e defende ideologias estranhas agora, combatendo até nossa soberania. É algo absurdo, que não existe mais em lugar algum do mundo. Na Europa, a Igreja está cumprindo seu papel no Brasil, ataca o governo o tempo todo e nós aceitamos. Por isso, para chocar mesmo, meu livro vai se chamar Brasileiro, cidadão de segunda classe.

Há quanto tempo o senhor se interessa por este assunto e por que está reunindo toda a documentação?
Comecei a verificar que o Brasil tinha condições, um potencial mineral dos maiores do mundo, constatando, entretanto, que a África do Sul, por exemplo, com condições geológicas piores que a nossa, consegue exportar US\$ 20 bilhões por ano em bens minerais; a Austrália chega a US\$ 15 bilhões, o Canadá, 10 bilhões e o Brasil, ridículos US\$ 4 bilhões. Comecei então a emitir as cartas minerais, a Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, que dizem não existir mas está devidamente registrada no 2º Ofício de Notas em Curitiba, editando um grande livro da série “Titãs do Desenvolvimento Brasileiro”, e estudando a fundo a mineração e seus problemas e potencialidades, até para pagar essa maldita dívida externa. Procurei empresas mineiras brasileiras como a Vale do Rio Doce, e estrangeiras também, sempre mandando cartas minerais aos congressistas e ministros.

Mas como sua atenção chegou ao Cimi?
Fui estranhando a coincidência, pois sempre onde havia mais minérios lá estava o Cimi. Aliás, o meu assunto com o Cimi foi simples, sem mistério. Procurei o padre Celso Silva na CNBB e falei sobre minhas dúvidas e ele me apresentou ao Cimi. Não posso compreender porque eles estão fazendo toda essa encenação agora. O truque é tirar a atenção do problema mineral, da infiltração do Cimi e do interesse estrangeiro. E agora estão me ameaçando.

Que tipo de ameaças já sofreu?
Logo que o Cimi viu as denúncias em O Estado de S. Paulo procurou meus familiares e tenho uma filha de nove anos morando aqui em Brasília. Ela ficou em pânico e tive medo que levá-la ao médico. Até hoje ainda não está boa, não é a mesma. Qualquer ruído de carro faz ela entrar logo em pânico. Isso foi causado por eles, que me chamaram de vagabundo, que quiseram arrombar a porta de casa. Foram até São Paulo, na casa onde morei, ameaçar também. Aliás, optei por Brasília para ficar mais perto dos congressistas e foram inventar agora que fugi, o que não aconteceu. Estou apenas concluindo estudos e pesquisas.

Que tipo de medida o senhor aconselharia que o governo brasileiro tomasse em relação ao Cimi e sua atuação?
Obviamente impedi-los imediatamente de atuar junto aos índios e no interior do Brasil, com seus interesses e com culturas estrangeiras, geralmente canadenses ou alemãs, que não nos interessam. As evidências contra eles são indiscutíveis. Está aí o senador Jarbas Passarinho, que já viu o pessoal do Cimi usando magnetômetros. O governo não pode permitir que estrangeiros, camuflados na Igreja evangélica, continuem atuando assim. O que lucraram com isso? Que se crie um Conselho Indigenista Nacional, formado por brasileiros, mas não por religiosos apenas. Precisamos de antropólogos, economistas, sociólogos, psicólogos, educadores, aí sim seria um conselho indigenista.

No seu entender como se processa a ação do Cimi no Brasil?
A manobra do Cimi foi criar nações dentro da Nação brasileira, obviamente desfigurando nossa pátria, desunindo-a para que conseguisse sua propalada soberania restrita, a esta altura não mais restrita, mas totalmente dependente e até protegida das grandes potências. Em suas manobras, o Cimi chama simples comunidades indígenas de nações e determinados agrupamentos de povo indígena; é uma nomenclatura inventada de propósito. Se falassem em etnia sim, mas falam em povo e nação. E os missionários estrangeiros demarcaram as terras das “nações” indígenas cuidadosamente, obedecendo às coordenadas geográficas das províncias minerais e não como queriam os índios, a partir dos acidentes geográficos. Agora, querem completar a “obra” separatista usando a nova Constituição.

“Cabe aos índios defender sua cultura e seus costumes. Sem tutela dos missionários”

Como vê a atuação do Cimi na Constituinte?
Naquela proposta do Cimi pedindo que as pesquisas minerais das terras indígenas dependessem de leis do Congresso, estudadas caso a caso e cada um deles uma lei, faria que se demorasse cinco mil anos para examinar os dez mil pontos de pesquisas minerais em terras indígenas. E isto considerando um prazo rapidíssimo para promulgar uma lei. Outra parte da proposta pedia que as pesquisas ou exploração das terras dos índios deveriam estar condicionadas à não existência daqueles meios minerais em outras áreas do território nacional. Um absurdo.

Os índios perderiam então suas riquezas?
O subsolo não pode ser inaleneável como quer o Cimi, porque o bem mineral é vital para a humanidade, não pode ficar no subsolo a vida toda. E os índios serão beneficiados com sua participação na produção, como são todos os proprietários de terra no Brasil, onde o subsolo é explorado e as mineradoras não têm interesse na mão-de-obra indígena como andaram dizendo por aí, porque é trabalho especializado. O governo continuaria protegendo os índios. Assim, algumas populações indígenas da Amazônia podem ser muito beneficiadas, progredir e sobreviver com dignidade. Claro que o

Cimi não quer o índio aculturado, próspero e integrado à nação, pois sem índio não haverá verbas nem Cimi.

E o Cimi quanto ao projeto Calha Norte?
A maior raiva deles é justamente a Calha Norte. No relatório com o pessoal do Cimi muita coisa não foi sequer tentada. Concordamos em que muito do que iríamos discutir não seria colocado nem em relatório interno, despretensioso, com o que concordarei, porque não havia outra alternativa. Se o Calha Norte continuar, muitas verbas deles serão cortadas e por isso querem impedir, mas se isto acontecer ficaremos com as fronteiras desprotegidas.

Por que?
Países pequenos como Portugal e Holanda, depois de centenas de anos, continuam pesquisando e descobrindo minérios, continuam achando outros minérios hoje no seu subsolo. Imaginem o Brasil, agora, um país gigantesco, ter de provar que tal minério não existe em outras partes. No caso do ouro, metal estratégico, não seria explorado porque há em vários locais.

E qual seria o interesse do Cimi em evitar esta exploração?
No último Congresso Mundial de Metais, realizado em Portugal no mês passado, ficou claramente demonstrado que, a médio prazo, um grande número de metais hoje em uso será substituído por outros materiais mais baratos. Entre outras coisas não estaria o Cimi procurando retardar a exploração dos nossos minerais, justamente para dar tempo aos estrangeiros de vender o deles antes e a preço maior?

Mas o Cimi não está tentando defender a cultura indígena?
O argumento que usam, da propalada defesa da cultura dos índios, é ridículo. O Cimi enfia o cristianismo pela cabeça dos indígenas, alterando completamente sua atitude em relação aos seus conceitos milenares. Cabe aos índios defender sua cultura e seus costumes, assim como fizeram os negros, e não aos missionários do Canadá, Alemanha e outros países.

“A manobra do Cimi foi criar nações dentro do Brasil. E desfigurar nossa pátria”

O senhor condena toda a Igreja e seus organismos?
Claro que não, aceito a Igreja do Evangelho, de Jesus Cristo, mas não a Igreja política e ideológica, como o Conselho Indigenista Missionário e a Comissão Pastoral da Terra, essa Igreja desvirtuada que atua muito no Brasil e tem toda atenção. Fizemos agora uma pesquisa na Europa em dez jornais importantes, que durante dez dias não publicaram uma só notícia da Igreja. No mesmo período no Brasil, entre os sete principais foram veiculadas 93 notícias sobre a Igreja, das quais 78% da Igreja ideológica atacando as instituições, atacando a Constituição, atacando o governo, atacando e atacando. Acho que damos um excesso de atenção a essa parte da Igreja que não é evangélica. Os missionários estrangeiros vêm pregar ideologias estranhas no Brasil e ainda nos impõem seus chefes leigos, investindo até contra nossa Constituinte.

É tão grande assim o interesse na Constituinte?
É enorme a ansia de impedir a mineração nas terras indígenas via Constituição, pois os compromissos do Cimi precisam ter uma base duradoura. Várias instituições beneficentes europeias e norte-americanas já suspenderam as doações à espera dos resultados da nova Constituição, para ver se valerá a pena continuar atuando aqui. Por isso os constituintes têm grande responsabilidade e precisam ter todo o cuidado, assegurado a exploração das riquezas minerais em terras indígenas, desde que haja acordo entre autoridades e os próprios índios, sem a tutela do Cimi.

Quer dizer que o senhor tem certeza de que a documentação não é falsa?
É fácil admitir que um determinado documento é falso. Pode-se falsificar o quadro que representa o Grito da Independência. O que não se pode falsificar são os fatos que envolvem o grito, assim como a Independência do Brasil. Os documentos ditos falsos, que obviamente não o são, encerram verdades comprovadas, que estão acontecendo ou acontecerão. Não vam os deixar passar o tempo e cair na esparrela de discutir as verdades que os documentos encerram, isso sim é o que interessa ao Brasil. O que estão querendo é desviar a atenção dos problemas dos minerais e da interferência estrangeira em nossa soberania.



“Com a exploração racional dos minérios, os índios lucrariam mais. E o País também”

Minerais, propriedade da União

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O novo presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração (Abemin), Nelson Guzzo, disse que a Constituinte mudará a visão de como são encarados hoje os recursos minerais no País, fazendo surgir uma nova mineração, mais voltada aos interesses nacionais. Para Guzzo, recurso mineral é recurso não renovável e as discussões sobre esse tema não podem ficar restritas à ideia de que o Brasil é rico nessa área, mas sim ver como esses recursos estão sendo aproveitados e em benefício de quem.

Para a Abemin, os bens minerais

devem ser definidos como propriedade da União e dos estados, a fim de que estes últimos possam gerenciar os bens minerais de seu território. A associação apóia a tese de que o aproveitamento desses recursos seja declarado privativo de brasileiros e de empresas nacionais e vedado seu acesso às empresas estrangeiras.

Nelson Guzzo disse ainda ser necessário o fortalecimento do sistema estadual de mineração, que é a alternativa concreta dos estados para o atendimento às suas necessidades em minérios, fomentando e apoiando também as pequenas e médias empresas minerais. Esse seria, segundo Guzzo, o ponto de partida de um novo salto na produção mineral do

País, através de uma mineração brasileira diversificada: tanto em termos de produtos minerais como de capital.

Boa parte das teses da Abemin foram atendidas no substitutivo final do relator Bernardo Cabral. A entidade defende a criação de um **Royalty** para os estados e municípios de SPC sobre a produção de minerais, semelhante ao do petróleo, quer ampliar a competência dos estados e municípios para legislar em forma suplementar sobre o aproveitamento desses recursos, e que a mineração em terras indígenas fique como competência exclusiva do Congresso Nacional.